

Formação de Salários no Brasil: Uma Contribuição ao Debate

CARLOS ANTONIO LUQUE
JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD*

Resumo – O artigo procura analisar os principais determinantes da evolução dos salários nominais no Brasil, introduzindo como medida das condições do mercado de trabalho a taxa de desemprego publicada pela FIBGE e uma nova medida de avaliação do impacto da política salarial, o chamado Índice de Cobertura dos Reajustes Salariais (ICRS). A conclusão mais geral sugerida pelas estimativas revela que tanto a política salarial como as condições do mercado de trabalho afetam a evolução dos salários nominais.

Os autores pertencem ao Depto. de Economia da FEA/USP e são pesquisadores da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

* Agradecemos as sugestões efetuadas por José Marcio Camargo e dois pareceristas da revista e também aos membros participantes do projeto "Políticas Econômicas, Empleo e Distribución del Ingreso en América Latina" desenvolvido junto à Eciel. (Programa de Estudos Conjuntos sobre Integração Econômica da América Latina) pelas discussões efetuadas ao longo do projeto.

Abstract – The main objective of this article is to analyse the evolution of nominal wages in Brazil. For this purpose two variables were detached: the impact of the wage policy and the state of the labour market. The unemployment rate was utilized to measure the excess supply of labour and a new measure was devised to evaluate the impact of wage policy, that is, the called Índice de Cobertura de Reajustes Salariais (ICRS). The main conclusion of this paper is that both variables are important to explain the evolution of nominal wages.

Introdução

Desde o final da década de setenta tem recrudescido o debate sobre as causas do processo inflacionário no Brasil. Até então, as principais contribuições concentravam-se nos trabalhos sobre a curva de Phillips realizadas por Lemgruber (1973, 1974) e Contador (1977). Com o recrudescimento do processo inflacionário ocorrido a partir de 1979, inúmeros estudos foram produzidos visando incorporar

à discussão dois aspectos até então ignorados: o papel da política salarial e a influência dos choques externos. Entre outros, podemos citar: Macedo (1981); Lopes & Lara-Resende (1981); Lopes (1982) e mais recentemente Modiano (1983) e Garcia (1983).

Os trabalhos iniciais de Lemgruber e Contador utilizam para o caso brasileiro a versão aceleracionista da curva de Phillips, encontrando os tradicionais resultados de que haveria um *trade-off* entre inflação e desemprego a curto prazo, mas que a longo prazo essa relação inexistiria. O trabalho de Lopes & Lara-Resende desencadeou uma discussão sobre esse resultado, enfatizando que à medida que se introduzia explicitamente a influência da política salarial e dos "choques externos" deixaria de existir a relação entre inflação e desemprego. Posteriormente os trabalhos de Lopes (1982), Modiano (1983) e Garcia (1983) retomaram esse ponto, concordando que os "choques externos" e a política salarial seriam os elementos mais importantes para explicar o processo inflacionário, mas também, que a influência das condições do mercado de trabalho não deveria ser desprezada, embora atribuindo-lhe um menor grau de significância.

Todos os trabalhos referentes à curva de Phillips enfrentam no caso brasileiro dois problemas fundamentais: em primeiro lugar, necessita-se medir os excessos de demanda ou de oferta do mercado de trabalho a fim de verificar sua influência sobre a evolução dos salários nominais. Dado que inexistiam até final da última década informações sobre a taxa de desemprego, os trabalhos utilizavam como *proxy* das condições do mercado de trabalho o hiato do produto. Em segundo lugar, necessitava-se encontrar um indicador mais abrangente da influência da política salarial devido aos vários aspectos que esta contempla. De maneira geral, dois indicadores seriam disponíveis: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice de Salário Mínimo. Entretanto, ne-

nhum desses indicadores captam com maior grau de fidelidade os efeitos da política salarial, particularmente após 1979, quando foi introduzida a nova legislação salarial.

O objetivo deste artigo procura contribuir nesse debate sobre os determinantes da evolução dos salários nominais no Brasil, introduzindo explicitamente como medida das condições do mercado de trabalho a taxa de desemprego publicada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE e uma nova medida de avaliação do impacto da política salarial, isto é, o Índice de Cobertura de Reajustes Salariais (ICRS) idealizado por Macedo (1981) e aprimorado por Macedo & Luque (1984)).

Com esse objetivo o artigo está estruturado em três seções: a primeira seção resumaria as principais idéias sobre as interpretações do processo inflacionário brasileiro, procurando destacar a importância dos salários nominais e da política salarial. A segunda seção discute a formação salarial enfatizando como variáveis explicativas a política salarial e o desemprego, cujos resultados empíricos são apresentados na terceira seção. Por último, apresenta-se as principais conclusões do trabalho.

1. Formação de Salários e Dinâmica Inflacionária

O processo inflacionário no Brasil e, particularmente, a eficiência da política de estabilização dos preços e seus efeitos sobre o nível de atividade econômica têm sido analisados sob a perspectiva teórica proporcionada pela curva de Phillips em sua versão aceleracionista. Nesta versão, o *trade-off* entre inflação e desemprego ocorre a curto prazo graças às diferenças entre inflação antecipada e não-antecipada; a longo prazo, admite-se que essa diferença desapareça e, conseqüentemente, o *trade-off* também deixará de existir. A validade de tais resultados mostraria que

reduções na taxa de inflação implicariam perdas nas taxas de crescimento do produto a curto prazo, mas que as tentativas de se obter taxas de desemprego abaixo da taxa natural somente poderiam ser efetuadas às custas da aceleração do processo inflacionário.

Lemgruber (1973 e 1974) e Contador (1977) foram os autores que mais se dedicaram em aplicar esta versão da curva de Phillips ao caso brasileiro, com resultados que podem ser considerados satisfatórios no sentido de confirmar as propostas teóricas.

A estrutura básica de raciocínio nessa linha de análise incorpora duas idéias centrais:

- a. uma equação que relaciona o crescimento salarial com as condições de excesso de demanda no mercado de trabalho — avaliadas pela taxa de desemprego — e com a expectativa de inflação. Dada a inexistência, até recentemente, de informações estatísticas sobre a taxa de desemprego, era utilizado como *proxy* o hiato do produto, na crença da estabilidade entre essas variáveis, isto é, na lei de Okun;
- b. uma equação que relaciona os preços como função dos custos salariais.

Esses resultados obtidos no decorrer da década de 70 apenas seriam questionados no início desta década, através de um artigo elaborado por Lopes & Lara-Resende (1981). A crítica básica desses autores era de que a análise tradicional da dinâmica inflacionária através da curva de Phillips não era adequada a uma economia com as características da brasileira, pois omite duas características essenciais à compreensão do fenômeno: o papel da política salarial na determinação dos salários nominais, e também a influência dos chamados “choques externos”

A argumentação principal questiona a noção de que a evolução dos salários nominais está vinculada a possíveis excessos de demanda ou oferta de trabalho, particularmente no caso brasileiro, onde a existência de uma legislação trabalhista procura regular as variações dos salários nominais.

Os resultados empíricos encontrados por Lopes & Lara-Resende (1981) apontavam contrariamente à evidência anterior, que a evolução dos salários nominais estava condicionada pelo sistema de indexação salarial vigente e não com as condições do mercado de trabalho. Tal conclusão sugeria que as políticas recessionistas não eram formas eficazes de se combater situações inflacionárias. Posteriormente, Lopes (1982) reconsidera em parte essa conclusão ao admitir que o hiato do produto, ainda que significativo do ponto de vista econométrico, possui um impacto muito reduzido sobre a taxa de inflação. Modiano (1983) procurou conciliar as duas linhas de pensamento acerca do problema inflacionário, ao chegar à conclusão de que tanto a política salarial como as condições de mercado de trabalho são importantes para explicar a evolução do salário nominal. Posteriormente, Garcia (1984) analisou esse fenômeno destacando a noção de que o hiato do produto seria uma variável endógena que o levou à conclusão de que tanto a política salarial como as condições do mercado de trabalho são elementos que afetam a evolução dos salários nominais.

Como se nota, entender os mecanismos de formação dos salários nominais, onde se destaca a importância da política salarial e o papel dos desequilíbrios de mercado, está no cerne da discussão do processo inflacionário brasileiro. Assim, na próxima seção procuraremos avaliar a importância tanto da política salarial como das condições do mercado de trabalho sobre a evolução dos salários nominais.

2. O Debate Sobre a Formação de Salários no Brasil

A discussão do processo inflacionário brasileiro com base na curva de Phillips enfatiza a própria formação de salários a que está sujeita a economia brasileira. Basicamente, discute-se se os salários podem ser explicados apenas por regras de mercado, isto é, hiato do produto ou níveis de desemprego, ou apenas por aspectos institucionais da economia, caracterizado pelo sistema de indexação salarial vigente no Brasil, ou mesmo por uma simbiose de ambos (regras de mercado e política salarial).

Por outro lado, e numa perspectiva empírica, toda discussão acerca da relação salários e preços tem sido conduzida através da utilização do hiato do produto como forma de captar os do nível de atividade sobre os salários nominais. Todavia, já existe no Brasil um índice de desemprego que, apesar de recente e não suficientemente testado, permite uma investigação empírica da formação de salários mais diretamente relacionada ao mercado de trabalho. Com relação à influência da política salarial utilizamos também o ICRS, que procura simular a evolução da folha salarial dos empregados sujeitos aos reajustes salariais previstos pela atual legislação.

Em síntese, estamos procurando estimar a seguinte equação explicativa:

$$\hat{W} = (\hat{PS}, \bar{D}) \quad (1)$$

onde \hat{W} = taxa de variação do salário médio nominal;

PS = variável captando efeito de política salarial;

D = taxa de desemprego

O sinal acima das variáveis denota os resultados teoricamente esperados. Com relação à política salarial, espera-se que ela afete positivamente a evolução dos salários nominais, ainda que não se possa fazer inferências quanto ao curso do salá-

rio real. Esse resultado decorre da sistemática de reajuste dos salários vigentes no Brasil desde novembro de 1979 que repõe o salário nominal pelo pico existente há seis meses atrás (reajustes semestrais). Essa reposição se faz com relação ao índice de preços ao consumidor (INPC) e diferencia o reajuste de acordo com classes de salário mínimo. Deste modo, a sistemática de reajuste dos salários, como seria de se esperar, faz crescer o nível de salários nominais. Isso somente não se verificaria na hipótese de volumes extremamente elevados de rotatividade de mão-de-obra. Isto porque a rotatividade é uma forma que a empresa possui de escapar ao reajuste oficial de salários, pois a legislação salarial brasileira determina os reajustes mas não os níveis salariais, os quais devem ser objeto de acordo entre as partes contratantes. Ainda que acreditemos ser a rotatividade um expediente utilizado pelas firmas para adequar os custos salariais a seus objetivos, ela não seria de magnitude tão forte a ponto de determinar uma queda no salário nominal em face dos reajustes automáticos de salários. Nesse sentido, esperamos que o salário nominal evolua positivamente com os reajustes salariais. Por outro lado, não devemos esquecer que a legislação dita um reajuste mínimo a que os empregados estáveis têm direito. Além de esquemas de promoções ou mesmo de acordos com os empregados, as firmas podem alterar os salários numa proporção maior do que a ditada pela legislação salarial.

O desemprego, representando um excesso de oferta de mão-de-obra pode, ao estilo das proposições contidas na curva de Phillips, funcionar como um freio à evolução do salário nominal: à medida que o desemprego aumenta, diminui o poder de barganha dos trabalhadores em contratarem melhores salários. A tendência é que uma elevação do desemprego conduz a uma diminuição na taxa de crescimento dos salários.

A interpretação das proposições acima

é que estamos buscando verificar se a determinação dos salários na economia brasileira responde tanto a estímulos do mercado de trabalho, captados pela taxa de desemprego, quanto evolui de acordo com o sistema de indexação salarial compulsória.

Convém, neste ponto, tornar claro que estamos preocupados, basicamente, com o mercado de trabalho nas zonas urbanas e, mais especificamente, com o denominado setor formal da economia. Tem sido uma questão controversa a possibilidade de vínculo entre os salários do setor formal e os do setor informal. Não desconhecemos tal discussão⁽¹⁾. Esclarecemos, entretanto, que nosso objetivo é verificar o impacto da política salarial e dos níveis de desemprego naquele segmento da economia, onde, a nosso juízo, a política salarial possui um impacto mais direto, não só porque refere-se à maior parcela da população coberta pela legislação salarial e trabalhista em vigor, como pelo seu poder de irradiação ao resto da economia.

A estimação da equação (1) deve considerar certos aspectos. De início, surge o problema de selecionar uma variável que melhor reflita a evolução dos reajustes salariais compulsórios. Em princípio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que representa o parâmetro de reajustes para os salários parece ser o mais adequado. Entretanto, mesmo sendo fixado mensalmente, ele é utilizado apenas para reajustes de determinadas categorias de trabalhadores cujo dissídio coletivo vence naquele mês. Utilizamos alternativamente os reajustes de salário mínimo (W_{min}) como *proxy* da política salarial. Embora o salário mínimo capte esses efeitos da semestralidade, ele, assim como o próprio INPC, não permite captar o outro aspecto importante do sistema de indexação salarial no Brasil, ou seja, o fato de que a

cada fixação mensal do INPC ou do salário mínimo, esses reajustes incidem somente sobre uma parcela da folha salarial da economia.

A fim de superar as limitações desses índices, Macedo (1981) propôs um Índice de Cobertura dos Reajustes Salariais (ICRS), posteriormente aprimorado por Macedo & Luque (1984) que procura englobar os distintos aspectos da política salarial.

A construção e utilização desse ICRS parece-nos um importante ponto na busca de uma melhor compreensão quanto ao processo de formação de salários, merecendo, por esta razão, alguns comentários adicionais.

A legislação trabalhista brasileira prevê regras específicas para os reajustes salariais, destacando-se as seguintes:

- a. estabelecer reajustes para o setor privado da economia, incluindo-se aqueles trabalhadores empregados em atividades estatais sob a forma de sociedades anônimas. Os funcionários públicos possuem legislação própria;
- b. os reajustes cobrem categorias profissionais que, em geral, são organizadas regionalmente e segundo ramos da atividade econômica, ao nível de dois dígitos;
- c. para cada categoria profissional existe a denominada data-base onde ocorre uma negociação coletiva entre sindicatos de empregados e empregadores, aparecendo o reajuste de salário como o principal item de negociações;
- d. o reajuste de salários nesta data-base é fixado tomando-se por base o INPC divulgado pelo governo para o mês onde ocorre o dissídio coletivo de trabalho;

(1) Ver entre, outros textos, MACEDO & GARCIA (1978); SOUZA & BALTAR (1979) e TAVARES & SOUZA (1981)

e. nesta data-base, todos os trabalhadores da categoria, associados ou não ao sindicato que está negociando, fazem jus ao reajuste no salário nominal. Este reajuste deve ser interpretado como o mínimo que o trabalhador estável (isto é, fazendo parte do quadro de pessoal das empresas do ramo/categoria) tem direito.

O principal aspecto a ser destacado nestas regras de reajustes salariais é que apenas um determinado número de categorias profissionais (vale dizer, uma parcela da massa salarial da economia), tem seu reajuste num determinado mês do ano, pois as datas-bases dos acordos coletivos de trabalho tendem a se diluir entre os vários meses do ano. Nesse sentido, qualquer tentativa de se averiguar o real impacto da política salarial na evolução dos salários nominais (ou recomposição do salário real), deve levar tal aspecto em consideração. A divulgação mensal do INPC não é suficiente para captar todos os ângulos da política salarial na medida em que nem todas as categorias profissionais têm seu reajuste de salário num determinado mês em curso.

Em face destas observações, o ICRS é construído:

“ponderando-se as variações semestrais do INPC divulgadas mensalmente segundo pesos indicadores do seu impacto sobre a massa total de salário tal como atingida pela política, pesos estes avaliados pelas informações quanto às categorias profissionais pelas normas e incorporando-se, também, as informações quanto aos coeficientes de produtividade aplicados aos reajustes devidos na data-base de cada categoria” (MACEDO & LUQUE, 1984, p. 45).

A fim de testar o impacto da política salarial sobre a evolução da massa salarial, Macedo & Luque (1984) construíram o ICRS que apresenta as seguintes características:

- a. o indicador é mensal, tomando-se como base de ponderação e comparação inicial o mês de dezembro de 1977;
- b. a partir das informações obtidas referentes ao número de pessoas que são reajustadas mensalmente, distribui-se a folha salarial em doze partes (referentes a cada mês) proporcionalmente à porcentagem de pessoas que sofrem os reajustes mensais;
- c. a partir daí, admitiu-se que cada uma dessas parcelas correspondia a categorias profissionais, com a primeira referindo-se às categorias com data-base em janeiro, a segunda com data-base em fevereiro e assim por diante;
- d. a partir de janeiro de 1978 os índices oficiais começaram a ser aplicados às folhas tomadas como base, a primeira parcela sendo reajustada pelo índice de janeiro, a segunda pelo de fevereiro e assim por diante;
- e. até outubro de 1979 os reajustes atribuídos às folhas de salários das 13 categorias profissionais simuladas foram de caráter anual, passando a semestrais em novembro de 1979;
- f. nesse mês foram feitos os reajustes normalmente devidos bem como aqueles decorrentes da transição da antiga política para a nova;
- g. aos reajustes devidos *anualmente* por ocasião da data-base, foi adicionado um coeficiente de aumento de produtividade de 4% ao ano, o qual corresponde a um estimativa da média dos coeficientes que têm sido aplicados na prática;
- h. em cada mês o ICRS é dado pela soma das 12 parcelas que são reajustadas nesse processo, dividida pela

soma das mesmas parcelas em seu valor inicial de dezembro de 1977, o qual foi tomado como base igual a 100 para permitir a construção do índice'' (MACEDO, 1981, p. 17 e 19) e (MACEDO & LUQUE, 1984, p. 46).

Como na nova política salarial o reajuste dos salários é diferenciado de acordo com as faixas de salários mínimos, Macedo & Luque, através da distribuição da folha salarial por classes de salário mínimo precedentes na Indústria de Transformação, calcularam os coeficientes de impacto, isto é, para cada variação percentual do INPC qual seria o acréscimo da folha⁽²⁾.

Uma segunda ressalva diz respeito ao índice de desemprego aqui utilizado. No Brasil, tal índice surge somente após 1980, sendo, portanto, recente, e por isso mesmo possuindo uma metodologia em fase de consolidação, limitando um pouco a interpretação dos resultados obtidos. Entretanto, por representar um avanço em termos de estatísticas de desemprego no Brasil e, principalmente, para testar sua eficácia em refletir adequadamente as condições do mercado de trabalho, resolvemos utilizá-lo a título experimental. Dado que parece ter havido uma importante alteração metodológica na elaboração do índice a partir de abril de 1982, que levou a uma subestimação desse índice, efetuamos a seguinte modificação nos dados da série, sugerida por Macedo (1983). Para o mês que marca a mudança metodológica – abril/82 – tomou-se a mesma taxa do mês anterior. A seguir, refizemos a série de acordo com os índices elaborados com a nova metodologia. Tal procedimento equivale a admitir que a nova metodologia afetou apenas os níveis mas não as variações mensais das taxas de desemprego.

Antes de apresentarmos os resultados

(2) Nós calculamos tal índice, com base na metodologia proposta por Macedo & Luque, até o mês de junho de 1984.

obtidos, reafirmamos o caráter experimental do modelo, bem como o objetivo do mesmo: verificamos a sensibilidade da formação de salários não só com respeito às influências do mercado como da própria política salarial, num período recente onde se dispõe de dados específicos sobre desemprego, ainda que estejamos cientes que tal indicador possa ou não possuir o *status* de variável que capta com maior fidelidade os desequilíbrios que possam estar ocorrendo no mercado de trabalho, já que sua elaboração é recente.

3. Resultados Empíricos

A equação (1) descrita anteriormente tomou as seguintes formas para propósitos de estimação:

$$\hat{W}_j = a_0 + a_1 INPC + a_2 D + \mu_j \quad (2)$$

$$\hat{W}_j = b_0 + b_1 \hat{W}_{min} + b_2 D + e_j \quad (3)$$

$$\hat{W}_j = c_0 + c_1 \hat{ICRS} + b_3 D + \theta_j \quad (4)$$

\hat{W}_j = taxa de variação do salário médio da indústria de transformação;

$INPC$ = taxa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

\hat{W}_{min} = taxa de variação do salário mínimo;

\hat{ICRS} = taxa de variação do Índice de Cobertura de Reajustes Salariais;

D = Índice de desemprego

Ante a disponibilidade de informações quanto às variações dos salários, as equações foram estimadas para a indústria de transformação no período jan. 80/jun. 84.

Ainda que cientes da simultaneidade que possa existir entre as variáveis – salários e desemprego – consideramos essa última como exógena. Garcia (1983), ao analisar a dinâmica inflacionária no País,

TABELA 1

REGRESSÃO ENTRE SALÁRIOS E VARIÁVEIS SELECIONADAS
Indústria de Transformação – Brasil
1980/1984

Tipo de Regressão	EQ. N.º	Constante (C)	Políticas Salariais			Desemprego (D)	R ² (%)	F	DW	N.º de Obs.
			INPC	S. Min	ICRS					
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	1)	37,0064 (4,3888) ^(*)	0,5194 (5,4997) ^(*)			-0,1314 (-1,255)	53,83	19,8234	0,1970	37
Q	2)	24,5418 (5,0772) ^(*)		1,1489 (12,0696)		-0,2732 (-4,2732) ^(*)	83,49	85,9815	0,3719	37
L S	3)	-20,9472 (-5,5582) ^(*)			1,9466 (20,3495) ^(*)	-0,1754 (-4,8117) ^(*)	93,38	239,8294	0,8058	37
C	4)	32,4365 (4,5351) ^(*)	0,4655 (4,8040)			-0,0572 (0,5427)	63,31	29,3371	0,3898	36
C O	5)	24,3443 (5,1399) ^(*)		1,1283 (11,8643) ^(*)		-0,2615 (-4,0810)	84,05	89,5935	0,3981	36
/ R	6)	-20,7166 (-5,5430) ^(*)			1,9353 (20,2466)	-0,1724 (-4,7248) ^(*)	93,47	243,2776	0,8315	36

(*) significativamente diferente de zero a 1%.

Os valores entre parênteses referem-se à estatística "t"

Fonte: FIBGE.

considerou o hiato do produto como variável endógena, e as estimativas dos coeficientes obtidas através do método de mínimos quadrados simples não se diferenciam significativamente das obtidas com a utilização de variáveis instrumentais.

Para superar o pequeno número de observações — caso trabalhássemos com trimestres ou semestres simples — tomamos as variáveis em termos de taxas de variação semestral da média móvel anual. Tal expediente, resolvendo o problema do pequeno número de observações, introduziu outro, isto é, a autocorrelação dos resíduos. Para tentar superar este novo problema, utilizamos a técnica Cochrane-Orcutt (CORC). Os resultados obtidos estão apresentados na tabela 1.

Como se nota, as equações (1), (2) e (3) estimadas através da técnica (OLSQ), revelam que todas as variáveis que procuram captar a influência da política salarial são significantes. Aparentemente, o ICRS

parece expressar melhor o impacto da indexação compulsória dos salários, pois é aquele que revela os resultados mais significantes do ponto de vista estatístico. Na realidade, parece haver uma certa hierarquia entre essas variáveis. Após o ICRS aparece a variável salário mínimo e posteriormente o INPC.

Por outro lado, a variável desemprego aparece significativa em todos os casos, exceto quando colocada em conjunto com o INPC, indicando que a evolução dos salários é sensível às condições do mercado de trabalho, captadas pela taxa de desemprego.

Dado que nas regressões (1), (2) e (3) surge o problema da autocorrelação dos resíduos, utilizamos a técnica CORC (regressões (4), (5) e (6)). Como se nota, os coeficientes das variáveis não são alterados significativamente, ainda que o problema da autocorrelação também não o seja. Em caráter experimental, a fim de atenuar esta dificuldade, estimamos essas mesmas

equações utilizando os trimestres simples das variáveis. (Os resultados não estão representados na tabela 1). Os coeficientes associados à política salarial diminuíram de valor mas continuaram a ser significativos (exceto quando utilizamos a variável INPC). Com relação à variável desemprego, esta continuou a apresentar um coeficiente negativo, embora não significativo. Tais resultados podem ser atribuídos ao fato de a amostra ser muito reduzida (dezessete observações).

Esse conjunto de resultados, ainda que ciente da limitação envolvida, quer derivada da utilização de variáveis de construção recente, como o desemprego e o ICRS, quer oriunda dos problemas econométricos, sugere que a evolução dos salários nominais está condicionada tanto à influência da política salarial como às condições do mercado de trabalho. O valor dos coeficientes sugere também que a política salarial apresenta um impacto maior sobre os salários do que as taxas de desemprego. Tais resultados, obtidos com a utilização de novas variáveis, vêm juntar-se aos resultados obtidos por Modiano (1983) e Garcia (1983).

Considerações Finais

Este artigo procurou contribuir para o debate sobre o processo de formação salarial no Brasil, que representa um dos prin-

cipais aspectos na discussão da dinâmica inflacionária.

Particularmente, interessou-nos avaliar até que ponto a evolução do salário nominal está ligada às condições do mercado de trabalho e à influência da política salarial. Nessa análise, a principal contribuição do artigo foi utilizar como medida da influência da política salarial o Índice de Cobertura de Reajustes Salariais (ICRS) e, para as condições do mercado de trabalho, a taxa de desemprego.

A conclusão mais geral sugerida pelas estimativas efetuadas, revela que tanto a política salarial como as condições do mercado de trabalho afetam a evolução do salário nominal. Com relação à política salarial, os resultados sugerem que a utilização do ICRS capta, aparentemente de forma mais significativa, o impacto sobre a política salarial do que medidas alternativas como o INPC ou a evolução do salário mínimo. Quanto à utilização da taxa de desemprego como *proxy* para os desequilíbrios do mercado de trabalho, os resultados revelam o esperado do ponto de vista teórico, isto é, apontam que a taxa de crescimento dos salários nominais diminui quando se eleva o desemprego. Nesse sentido, apesar de ser recente e não suficientemente testado, o índice de desemprego capta, à luz dos resultados aqui obtidos, os eventuais desequilíbrios existentes no mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

CONTADOR, C.R. Crescimento Econômico e o Combate à Inflação. *Revista Brasileira de Economia*, 31(1), 1977.

GARCIA, M.E. Salários Indexados, Preços e Emprego: Uma contribuição ao Estudo da Inflação Brasileira. Tese de Doutorado não publicada, 1983.

LEMGRUBER, A.C. A Inflação e a Con-

trovérsia sobre a Aceleração Inflacionária. *Revista Brasileira de Economia*, 27(4), 1983.

_____. Inflação: O Modelo da Realimentação e o Modelo da Aceleração. *Revista Brasileira de Economia*, 28(4), 1974.

LOPES, F.L. & LARA-RESENDE, A. Sobre as causas da recente aceleração

FORMAÇÃO DE SALÁRIOS

inflacionária. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11(3), 1981.

_____. Inflação e Nível de Atividade no Brasil: Um Estudo Econométrico. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 12(4), 1982.

MACEDO, R.B.M. Política Salarial e Inflação: A Experiência Brasileira Recente. *Texto para Discussão IPE/FEA*, 1981.

MACEDO, R. & LUQUE, C.A. Elaboração

de Índices de Reajustes Salariais Semestrais. *Relatório de Pesquisa FIPE/SEPLAN*, 1984.

MODIANO, E.M. A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira – 1966/81 *Texto para Discussão*, PUC/RJ, n.º 45, 1983.

TAVARES, M.C. & SOUZA, P.R. Emprego e Salários na Indústria: O Caso Brasileiro. *Revista de Economia Política*, 1(1), jan./mar. 1981.